



Organização das Nações Unidas
para a Alimentação
e a Agricultura



PACTO DE MILÃO SOBRE POLÍTICA DE ALIMENTAÇÃO URBANA MARCO DE ACOMPANHAMENTO



ALIMENTAÇÃO
CONSCIENTE
BRASIL
PROMOVENDO UM MUNDO
SAUDÁVEL E SUSTENTÁVEL



Esta obra foi originalmente publicada em inglês pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) com o título “The Milan Urban Food Policy Pact Monitoring Framework”. Esta tradução em português foi organizada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e pelo programa Alimentação Consciente Brasil. Em caso de discrepâncias, prevalecerá a redação no idioma original.

As designações empregadas e a apresentação do material neste produto informativo não implicam a expressão de qualquer opinião por parte da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) em relação ao status jurídico ou de desenvolvimento de qualquer país, território, cidade ou área ou de suas autoridades, ou relativo à delimitação de suas fronteiras ou limites. A menção a empresas específicas ou produtos de fabricantes, tendo ou não sido patenteados, não implica que estes foram endossados ou recomendados pela FAO em preferência a outros de natureza similar que não são mencionados. Os pontos de vista expressos neste produto informativo são do(s) autor(es) e não refletem necessariamente as posições ou políticas da FAO.

Published by arrangement with the Food and Agriculture Organization of the United Nations by Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro and Alimentação Consciente Brasil.



Índice

O alimento em um mundo em urbanização	2
Marco de acompanhamento – Pacto de Milão sobre política de alimentação urbana	3
Um instrumento para ajudar a alcançar a Agenda 2030	10
Como utilizar o Marco de Acompanhamento	13
Aplicação do Marco de Acompanhamento: lições das cidades piloto	14
Matriz de Indicadores	20
Referências	30

O alimento em um mundo em urbanização

Hoje, cerca de 55% da população mundial vive em áreas urbanas, uma proporção que, até 2050, deve aumentar para 68%¹. A maior parte do crescimento urbano será na África e no Sudeste Asiático, e com 70% de todos os alimentos produzidos já sendo destinados ao consumo nas cidades², os processos de urbanização estão gerando tanto desafios como oportunidades para criar sistemas alimentares saudáveis, equitativos, economicamente e ambientalmente sustentáveis.

A pobreza e a insegurança alimentar estão sendo “urbanizadas”³. A insegurança alimentar urbana está fortemente associada a uma distribuição desigual de recursos⁴.

Além disso, o número de pessoas **acima do peso** e obesas está crescendo em toda parte, mas especialmente nas áreas urbanas⁵ (em 2017, mais de 38 milhões de crianças com menos de cinco anos estavam acima do peso, e 672 milhões de adultos eram obesos⁶). Uma das causas subjacentes a esse aumento – além da redução da prática de atividade física — tem sido uma mudança nos padrões alimentares para uma dieta rica em alimentos altamente processados (ricos em sal, açúcar e gordura), em detrimento de um regime nutricional que inclui grãos integrais, raízes, legumes, frutas e vegetais frescos^{5,7}. Maus hábitos alimentares estão entre os principais fatores de risco para a Carga Global de Doenças⁸ e o aumento dos gastos com saúde relacionados⁹.

As mudanças climáticas são igualmente um desafio; os sistemas alimentares emitem 30% dos gases de efeito estufa (GEE) do planeta Terra, dos quais os alimentos (incluindo sua perda e desperdício) estão entre os cinco maiores contribuintes¹⁰. Como os mercados urbanos de alimentos representam 70% do fornecimento global de alimentos, as cidades se tornam pontos críticos para enfrentar os choques e as tensões decorrentes das mudanças climáticas¹¹.

Pelo lado positivo, os centros urbanos de crescimento mais rápido, especialmente na África e Ásia, serão cidades de pequeno e médio porte, onde 34% da população mundial já vive¹, criando oportunidades significativas para as políticas e o planejamento de sistemas alimentares sustentáveis, além da geração de empregos para melhorar a nutrição no espectro rural-urbano¹². De fato, 60% da área que se espera ser urbana até 2030 ainda não

i A Nova Agenda Urbana foi adotada na Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), em Quito (Equador), em 20 de outubro de 2016. Ela foi aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas no 68º plenário para a sua 71ª sessão, em 23 de dezembro de 2016. A Nova Agenda Urbana coloca a segurança alimentar e nutricional no centro do desenvolvimento urbano sustentável. <http://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-English.pdf>

ii Em 7 de março de 2019, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) lançou o Marco para a Agenda de Alimentação Urbana da FAO. Ele serve como uma estratégia corporativa para atender aos apelos que surgirem dos países, respondendo às demandas por uma abordagem multissetorial e multinível para a insegurança alimentar e desnutrição em todo o espaço-tempo rural-urbano. <http://www.fao.org/3/ca3151en/CA3151EN.pdf>

foi construída, o que cria oportunidades para o desenvolvimento de sistemas alimentares urbanos sustentáveis e resilientes¹¹.

O papel fundamental das cidades e dos atores locais para enfrentar esses desafios interligados dos sistemas alimentares tem sido reconhecido pelos agentes nacionais e pela comunidade internacional^{12,13}.

Colaborações verticais (em que as organizações compartilham suas responsabilidades, recursos e informações sobre desempenho para fins semelhantes) entre governos nacionais e locais, em parceria com o setor privado e a sociedade civil, são de suma importância para responder efetivamente às demandas das populações por alimentos nutritivos e acessíveis, ações climáticas e igualdade social alinhadas com os objetivos da Agenda 2030.

Marco de acompanhamento Pacto de Milão sobre Política de Alimentação Urbana

Em outubro de 2015, durante a EXPO 2015 em Milão, dedicada ao tema “Alimentando o Planeta, Energia para a Vida”, mais de cem cidades de todos os continentes assinaram o Pacto de Milão Sobre Política de Alimentação Urbana (MUFPP), um acordo não vinculativo sobre políticas alimentares urbanas “concebido pelas cidades para as cidades” <http://www.milanurbanfoodpolicypact.org>.

Prefeitos de várias cidades comprometeram-se a desenvolver sistemas alimentares sustentáveis e resilientes, oferecer alimentos nutritivos e acessíveis a todos, proteger a biodiversidade e combater o desperdício de alimentos. A atenção dispensada à iniciativa pelos municípios revelou a necessidade de abordar os problemas prementes de forma cooperativa e destacou a urgência de definir modelos para uma abordagem integrada dos sistemas alimentares urbanos.

Em 2019, o MUFPP reunia 199 cidades, o que demonstra que um número cada vez maior de cidades está trabalhando para unir organizações da sociedade civil (OSC), setor privado e responsáveis pela elaboração de políticas com o intuito de alcançar objetivos mais abrangentes de desenvolvimento por meio de sistemas alimentares.

O Pacto consiste em uma narrativa esclarecedora que ilustra o papel das cidades na contribuição para a transformação dos sistemas alimentares urbanos rumo à sustentabilidade e em um Marco Geral de Ação articulado num conjunto de 37 ações recomendadas, organizadas em seis categorias:

	Governança
	Dieta e nutrição sustentáveis
	Equidade social e econômica
	Produção de alimentos (incluindo ligações urbano-rurais)
	Abastecimento e distribuição de alimentos
	Desperdício de alimentos

Apesar do número crescente de iniciativas relacionadas à alimentação urbana em diversas cidades, um desafio essencial expresso pelas cidades participantes do MUFPP é medir o impacto desses processos e iniciativas políticas.

Desde 2016, a FAOⁱⁱⁱ e o Secretariado do MUFPP, com o apoio da RUAF^{iv}, têm colaborado para desenvolver um conjunto inovador e abrangente de indicadores e diretrizes metodológicas para monitorar as ações recomendadas pelo MUFPP de acordo com as demandas, capacidades e obrigações administrativas das cidades.

Por meio de um processo consultivo envolvendo mais de 40 cidades, o primeiro esboço de uma lista de Indicadores foi apresentado em outubro de 2017, em Valência, no 3º Encontro Anual do MUFPP.

Um grupo de 16 cidades participou ativamente da finalização do Marco de Acompanhamento do Pacto de Milão^v por meio de uma série de webinars. Esse esboço da lista de Indicadores foi selecionado com base em:

- Pelo menos um indicador para cada ação recomendada/resultados do MUFPP

iii A equipe interdisciplinar da FAO, que contribuiu para o Marco de Acompanhamento, foi integrada por: Anne Kepple, Michela Carucci, Guido Santini, Thierry Giordano, Erdgin Mane, Mark McGuire, Jorge Fonseca, Vito Cistulli e Cristian Morales Opazo. A equipe foi coordenada por José Rosero Moncayo, Diretor da Divisão de Estatística da FAO <http://www.milanurbanfoodpolicypact.org/wp-content/uploads/2017/12/FAO-Team-working-on-indicators.pdf>

iv RUAF é a Parceria Global em Agricultura Urbana e Sistemas Alimentares Sustentáveis. A Parceria é formada por instituições especializadas estrategicamente selecionadas e com um histórico significativo em agricultura urbana ou trabalho em soluções de sistemas alimentares urbanos, e é composta por cidades, institutos de pesquisa e ONGs <https://www.ruaf.org/about-ruaf>. A equipe da RUAF que contribuiu para o Marco de Acompanhamento foi integrada por Marielle Dubbelling, Joy Carey e Brian Cook.

v Antananarivo, Austin, Birmingham, Copenhagen, Curitiba, Ede, Milão, Nairóbi, Quito, São Paulo, Tirana, Toronto, Vancouver, Washington, West Sacramento, Windhoek.



- Relevância e disponibilidade de dados
- Alta relevância, mas indisponibilidade de dados
- Considerações metodológicas (viabilidade).

A lista final de Indicadores — com as diretrizes metodológicas — foi apresentada no Encontro Anual do MUFP em Tel Aviv, em 2018. O Marco de Acompanhamento fornece uma visão geral de indicadores que, juntos, podem fazer parte de uma abordagem para um sistema alimentar sustentável — um sistema que ofereça segurança alimentar e nutricional para todos de forma a não comprometer as bases econômicas, sociais e ambientais para gerar segurança alimentar e nutricional para as gerações futuras¹³.

Natureza e escopo do Marco de Acompanhamento

O objetivo do Marco de Acompanhamento é servir como um instrumento para que as cidades e as partes interessadas em alimentação urbana possam identificar políticas e prioridades de programas relacionados à alimentação. O Marco também serve para ilustrar até que ponto as mudanças recomendadas estão acontecendo e/ou o quão impactantes elas são. Se medido periodicamente, o Marco pode ser utilizado para avaliar lacunas no avanço de políticas e mobilização de recursos, assim como mostrar a melhoria geral dos sistemas alimentares urbanos.

- **O Marco foi concebido para apoiar as cidades e os funcionários subnacionais responsáveis** pela concepção de políticas, projetos e investimentos nos sistemas alimentares na seleção de indicadores apropriados que monitorem as ações e o impacto (positivo ou negativo) delas em relação a diversos objetivos de desenvolvimento relacionados à alimentação.
- **O Marco não representa recomendações oficiais da FAO** para indicadores ou metodologias específicas. Ele não fornece orientações detalhadas sobre como apurar um determinado indicador, mas as diretrizes metodológicas para cada indicador sugerem abordagens e indicam materiais de orientação relevantes. O Marco tem apenas a intenção de fornecer informações sobre os indicadores, metodologias, aplicações e conceitos que possam ser relevantes para serem considerados no acompanhamento e na avaliação das políticas, programas e investimentos dos sistemas alimentares urbanos.
- **Não está previsto** que uma única cidade e/ou parceiro público ou privado deva levantar dados sobre todos os indicadores apresentados no Marco. O tipo de política e as prioridades em matéria de desenvolvimento orientarão a seleção, bem como a viabilidade do levantamento de dados, tendo em vista os recursos disponíveis e outras limitações.
- **O Marco não foi projetado** para comparar cidades e estabelecer sistemas de classificação global. Entretanto, ele pode ser uma ferramenta útil para que cidades

e profissionais urbanos identifiquem uma narrativa comum frente à qual as experiências e o progresso possam ser comparados e que destaque o crescente papel das cidades em tornar os sistemas alimentares mais sustentáveis.

- **Cidades e atores do setor alimentar podem usar o Marco** para iniciar abordagens mais colaborativas e sinérgicas entre departamentos municipais, partes interessadas e o governo nacional, com vista a uma abordagem sistêmica dos desafios do sistema alimentar.

Público-alvo

O público-alvo do Marco são principalmente os governos municipais, profissionais de desenvolvimento e profissionais de alimentação que trabalham em projetos e programas urbanos relacionados à alimentação. Embora os indicadores tenham sido elaborados como um instrumento para monitorar o progresso das ações recomendadas pelo MUFPP, eles servem como instrumento para todas as cidades, profissionais de desenvolvimento, organizações privadas, instituições de pesquisa e OSC que trabalham com sistemas alimentares urbanos e relações rurais-urbanas.

Estrutura do Marco

O Marco de Acompanhamento é organizado de acordo com as seis categorias do Pacto de Milão e inclui:

- Um conjunto de **Áreas de Resultados** ou “direção desejada”;
- Um conjunto de **Recomendações** para alcançar os resultados pretendidos (ligadas às Áreas de Resultados);
- **Indicadores** a serem utilizados para monitorar melhorias na conquista dos resultados esperados nas cidades.

As Diretrizes Metodológicas para cada indicador (p. 18), ou para todos os 44 indicadores agrupados, estão disponíveis na Matriz de Indicadores em: <http://www.fao.org/3/CB4036EN/CB4036EN.pdf> (em inglês).

Foi identificado pelo menos um indicador para cada uma das 37 ações recomendadas, de um total de 44 indicadores formulados ou adaptados dos marcos de indicadores existentes^{vi}. (Ver Figura 1, p. 9) (a lista completa dos 44 indicadores pode ser encontrada a partir da página 11).

vi O Marco de Indicadores dos Sistemas Alimentares Urbano-Regionais (SAUR) serviu como ferramenta-chave para o desenvolvimento do Marco de Acompanhamento do MUFPP <http://www.fao.org/in-action/food-for-cities-programme/toolkit/crfs-assessment/indicator-framework/en>

Áreas de resultados

As Áreas de Resultados (ou “direção desejada”) são as mudanças que as cidades querem ver no futuro, ou seja, mudanças que caracterizam um sistema alimentar mais resiliente e sustentável.

Os resultados correspondem à ganhos que as cidades devem conseguir alcançar ao aplicar políticas e programas específicos em parceria com diversas partes interessadas (desde universidades e órgãos públicos até o setor privado e OSCs). Entretanto, como há muitos fatores que contribuem para o alcance dos resultados das políticas, cada ação individual não pode ser associada ao alcance de resultados de longo prazo. Além disso, os resultados do processo de elaboração de políticas e das colaborações de múltiplos atores são muitas vezes apenas visíveis a médio e longo prazo.

Em conjunto, as Áreas de Resultados contribuem para quatro áreas de impacto e objetivos de desenvolvimento mais abrangentes (Ver Figura 2, p. 9):

- Envolvimento dos cidadãos e prestação de contas na formulação de políticas (Melhorados)
- Saúde, Nutrição e Segurança Alimentar (Melhoradas)
- Pobreza (Reduzida) e Crescimento Econômico e Equidade (Melhorados)
- Impacto Ambiental e Pegada Ecológica (Reduzidos)

Ações recomendadas

As Ações Recomendadas servem como um exemplo de opções que as cidades e os atores do setor alimentar possuem para alcançar os resultados desejados. Essas ações baseiam-se na experiência direta das cidades e levam em conta compromissos e objetivos considerados relevantes pelo Pacto de Milão. Embora as opções tenham sido organizadas em agrupamentos temáticos, elas devem ser vistas como “pontos de entrada” para o alcance do objetivo comum de sistemas alimentares sustentáveis.

A maioria das iniciativas (como alimentação escolar ou hortas comunitárias) pode estar sob a jurisdição de mais de uma agência ou departamento municipal, mas terá impacto em uma série de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Indicadores

Os Indicadores fornecem informações sobre como um processo está funcionando e uma base para melhorias futuras. O objetivo dos Indicadores é ajudar a medir até que ponto as “mudanças desejadas” estão acontecendo. Os Indicadores também atuam como parâmetros para mudanças necessárias nas estratégias ou direções de intervenção, especialmente quando monitorados ou acompanhados ao longo de um período.

Eles também podem ser usados para estabelecer uma referência a partir da qual se possa medir o progresso ou a mudança em curso.

Indicadores são variáveis mensuráveis que captam alguns conceitos não mensuráveis. Eles são usados para medir resultados e/ou desempenhos relacionados ao alcance de uma meta.

Ou os Indicadores estão diretamente ligados a desempenhos específicos que podem resultar de intervenções particulares, e/ou estão relacionados a projetos com produtos de médio e longo prazo, que são invariavelmente o resultado de diferentes ações conectadas.

Por exemplo, ao avaliar a melhoria na dimensão de políticas de equidade social e econômica, alguns Indicadores concentram-se em indicadores de desempenho de curto prazo, tais como nº 19 “Percentual de pessoas beneficiadas por programas de alimentação e/ou de assistência social”; nº 20 “Percentual de crianças e jovens (menores de 18 anos) que se beneficiam de programas de alimentação escolar” ou nº 24 “Número de (tipos de) oportunidades de aprendizado relacionadas à alimentação e desenvolvimento de habilidades em educação alimentar e nutricional, capacitação profissional e liderança”. Um indicador como o nº 18 “Percentual de lares em situação de insegurança alimentar com base na Escala de Experiência de Insegurança Alimentar (FIES)” deve ser utilizado para monitorar mudanças de médio a longo prazo que são muitas vezes resultados de políticas e ações interligadas.

Os 44 indicadores podem ser organizados em dois grupos principais:

FIGURA 1

Relação entre os 44 indicadores e as 6 linhas de trabalho do Pacto de Milão

**PACTO DE MILÃO
SOBRE POLÍTICA DE
ALIMENTAÇÃO URBANA**
Adaptado de BCFN,
2019 Food and Cities



FIGURA 2

Relação simplificada entre as 4 áreas de impacto e os 44 indicadores



Um instrumento para ajudar a alcançar a Agenda 2030

Em 2015, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). (Figura 3).

Devido a suas estreitas relações com moradores, empresas locais e organizações da sociedade civil, os municípios são fundamentais para a implementação da maioria dos ODS, e não apenas o ODS 11: Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Considerando que a maioria das políticas e investimentos necessários para alcançar os ODS são uma responsabilidade compartilhada entre todos os níveis de todos os governos, a Agenda 2030 precisa de um envolvimento e uma coordenação adequada com os governos locais e regionais. O papel das cidades na promoção de políticas alimentares urbanas é crucial não apenas para tornar sustentáveis os sistemas alimentares, mas para alcançar com sucesso os ODS.

O Marco de Acompanhamento do MUFPP foi concebido para servir como uma ferramenta-chave que complemente a implementação de ODS em nível local. Em termos práticos, o Marco pode servir como um instrumento para experimentar soluções inovadoras e colaborações entre cidades e governos nacionais no levantamento, gerenciamento

e disseminação de dados, que podem ser ampliados em todos os territórios. Ele também pode contribuir com a elaboração de políticas alimentares nacionais inclusivas e resilientes, que tornam nossas cidades e áreas rurais conectadas em locais de “boa e equitativa qualidade de vida”.

FIGURE 3

Sustainable Development Goals



TABELA 1

Relacionamento entre as 6 linhas de trabalho do Pacto de Milão, os 44 indicadores e metas dos ODS

CATEGORIA MUFPP	INDICADOR	METAS ODS
Governança	1	
	2	16.6 - 17.7
	3	
	4	16.10
	5	16.10
	6	
Dietas e nutrição sustentáveis	7	2.1
	8	2.2
	9	1.4
	10	2.c
	11	12.8 - 2.4
	12	2.2 - 3.4
	13	2.2 - 3.4
	14	2.2 - 3.4
	15	2.2
	16	2.2
	17	2.2
Equidade social e econômica	18	6.1
	19	2.2
	20	2.2
	21	2.3 - 8.3
	22	2.1
	23	1.3 - 1.b - 2.1 - 2.2 - 12.3
	24	4.7
Produção de alimentos	25	11.a
	26	11.a
	27	11.a - 15.5 - 15.9
	28	2.3 - 15.5 - 15.9
	29	11.a - 2.4 - 15.5 - 15.9
	30	2.4
	31	11.a
	32	11.a
	33	12.5
	34	13.2
Abastecimento e distribuição de alimentos	35	11.b
	36	2.2
	37	2.2
	38	12.7
	39	
	40	
	41	4.7 - 12.3
Desperdício de alimentos	42	4.7 - 12.3
	43	12.3
	44	12.3

Adaptado de BCFN, 2019 Food & Cities.

Como utilizar o marco de acompanhamento

O Marco de Acompanhamento define as seis linhas de trabalho do MUFPP (primeira coluna).

Para cada categoria, o Marco define as Áreas de Resultados relacionadas (mudanças desejadas); as Ações Recomendadas (para alcançar os Resultados) e, finalmente, os Indicadores, que se relacionam tanto às Áreas de Resultados como às Ações Recomendadas.

As cidades que utilizarem o Marco devem considerar as seguintes questões:

- Quais são as prioridades do meu sistema alimentar local em relação a cada uma das seis categorias do MUFPP?
- O que desejo alcançar nos próximos 2-5 anos?
- Quais ações devo implementar para alcançar esses resultados?
- Quais indicadores são mais úteis para estabelecer um parâmetro e monitorar o progresso contínuo em relação às áreas de trabalho prioritárias selecionadas?

Um manual com orientações práticas para as cidades que desejem adotar e implementar uma estrutura de monitoramento adaptada ao contexto próprio está disponível em inglês em: <http://www.fao.org/documents/card/en/c/CB4181en/>

Diretrizes dos indicadores

Para facilitar a utilização dos Indicadores, foi desenvolvido um conjunto de Diretrizes Metodológicas para cada indicador.

Cada diretriz contém informações sobre:

- o fundamento para a seleção do indicador;
- como o indicador é construído;
- um glossário para explicar termos técnicos;
- explicações sobre os tipos de dados necessários;
- como os dados podem ser coletados;
- o conhecimento e os recursos necessários;
- exemplos de algumas cidades que já coletaram e analisaram dados e utilizaram o indicador.

As cidades podem selecionar, adaptar e agrupar opções em diretrizes, conforme necessário, para que se adequem às suas situações.

Os links para materiais com informações relacionadas e amostras das melhores práticas estão disponíveis como um conjunto complementar de materiais de orientação.

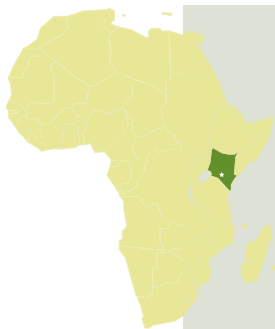
As Diretrizes Metodológicas para cada indicador estão disponíveis na Matriz de Indicadores (p. 18) ou para os 44 indicadores em <http://www.fao.org/3/CB4036EN/CB4036EN.pdf> (em inglês).

Aplicação do Marco de Acompanhamento: lições das cidades-piloto

Ao longo de grande parte de 2019, as cidades de Antananarivo (Madagascar); Quito (Equador) e Nairóbi (Quênia) participaram de um projeto-piloto para começar a trabalhar com o Marco de Acompanhamento localmente e compartilhar seu aprendizado com outras cidades.

Cada cidade selecionou diversos indicadores que se relacionam com as principais prioridades estratégicas. Ademais, exploraram formas de identificar dados relevantes, métodos de coleta e análise para fazer o melhor uso dos resultados obtidos. O projeto-piloto é um catalisador para o desenvolvimento de novas prioridades de trabalho. As descobertas descritas a seguir estão mais relacionadas ao processo de trabalho com o Marco de Acompanhamento do que às recomendações relativas a indicadores específicos.





Nairóbi, Quênia

“O projeto-piloto do Marco de Acompanhamento do MUFPP tem sido um catalisador para reunir diferentes setores dentro do Condado de Nairóbi com outras organizações chave. Isso ocorreu em dois níveis fundamentais: primeiro por meio do Grupo Consultivo Intersectorial dentro do Condado de Nairóbi — que reúne temas transversais como Educação, Saúde, Meio Ambiente, Água, Planejamento e Comércio, para colaborar com o Setor de Alimentação e Agricultura sobre o uso dos indicadores e da alimentação em geral — estabelecendo vínculos entre o Marco de Acompanhamento e projeto de Estratégia do Sistema Alimentar de Nairóbi”, explica o Dr. Karugu, Chefe Interino da Diretoria do Sistema Alimentar de Nairóbi.

O projeto-piloto também tem sido um catalisador para as atividades de um Grupo de Trabalho um pouco menor encarregado de gerenciar a coleta e análise de dados que inclui funcionários do Condado de Nairóbi, a C40 (rede de megacidades comprometidas em enfrentar as mudanças climáticas), a FAO e o Instituto Mazingira.

A necessidade de dados para fundamentar os marcos indicadores revelou impasses e obstáculos na forma como os dados são coletados, compartilhados e armazenados em todo o Condado. A colaboração intersectorial ajudou a inspirar soluções para melhorar a coleta e a análise de dados.

Os indicadores também ajudaram as partes interessadas a identificar a conectividade com o sistema alimentar tal qual, por exemplo, como o indicador de escoamento de mercado nº 36 se relaciona potencialmente com os indicadores de saúde nº 11 e nº 12.

“O trabalho anterior de avaliação sobre o sistema alimentar não tinha uma perspectiva de monitoramento, mas os indicadores do MUFPP oferecem agora uma base para geração de pesquisa/conhecimento para ajudar a medir o progresso em direção ao alcance de sistemas alimentares sustentáveis”, diz Rebeccah Wanjiru, do Escritório da FAO em Nairóbi.

“O Marco de Acompanhamento do MUFPP ajuda a estruturar o futuro trabalho da C40 sobre o sistema alimentar e resiliência às mudanças climáticas, incluindo atividades sobre as relações entre resíduos e alimentos — impedindo que os resíduos cheguem ao aterro sanitário”, afirma Stephen Otieno, Conselheiro de Alimentos de Nairóbi, do Grupo C40 de Grandes Cidades para Liderança do Clima.

“Os resultados do indicador permitem que as partes interessadas tenham maior clareza sobre as ações e intervenções prioritárias para o sistema alimentar, o que dá ao trabalho propósito e significado”, diz Winfred Katumo, líder do projeto no Condado da Cidade de Nairóbi. “É algo revelador, cria sinergia e nos permite reunir uma série de diferentes perspectivas para resolver problemas com novas soluções”, acrescenta Katumo. “Isso estimulou os membros da Secretaria porque é uma autoavaliação — algo novo e interessante”, acrescenta Diana Lee-Smith, do Instituto Mazingira.



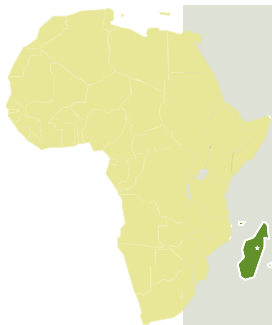
Quito, Equador

“A participação de Quito no projeto-piloto de implementação do indicador MUFPP permitiu que a cidade se conscientizasse e aumentasse seu compromisso com a mudança, e assim fortalecesse os órgãos municipais”, escreve Alexandra Rodríguez Dueñas, chefe de projeto do AGRUPAR (Projeto de Agricultura Urbana Participativa de Quito). “A estrutura ajudou a promover a ideia de que todos podem ser agentes de mudança, propondo temas inovadores para o planejamento municipal aos legisladores locais (governo, dieta sustentável, redução da perda e do desperdício de alimentos), gerando evidências sobre como as coisas estão, ao mesmo tempo em que estabelece novas colaborações, como o processo de coleta de dados, que nos obrigou a buscar outros atores do sistema alimentar, especialmente aqueles que buscam objetivos semelhantes de sustentabilidade e resiliência. A participação no piloto também fortaleceu o processo multissetorial que o Pacto Agroalimentario Quito (PAQ)^{vii} promove desde 2017”.

“A geração de conhecimento tem promovido mudanças significativas nas práticas. O processo deu a Quito a oportunidade de refletir cuidadosamente sobre as experiências daqueles menos beneficiados pelo atual sistema alimentar da cidade. Exemplos incluem uma maior familiaridade com as lutas diárias dos moradores por sobrevivência, assim como seus conhecimentos, prioridades e crenças sobre a criação de um mundo mais saudável e sustentável”. Também temos refletido com mais profundidade sobre abordagens para o desenvolvimento de processos de transformação e o que isso significa para a concepção de nosso próprio levantamento de dados, análise e intervenções”.

“O processo explicitou muitas falhas específicas no monitoramento do sistema alimentar de Quito, como a falta de método para sistematização das experiências, a ausência de dados confiáveis e a falta de mensuração de ações. Encontramos uma falta de interesse entre algumas autoridades municipais e uma ausência de políticas públicas relacionadas às muitas questões importantes do sistema alimentar. Esse processo tem sido importante em Quito, e estamos tentando focar e valorizar a diversidade de conhecimentos e experiências que coexistem em cada processo social e em cada uma das intervenções que são analisadas”, conclui a Sra. Rodríguez Dueñas.

vii <http://gobiernoabierto.quito.gob.ec/wp-content/uploads/documentos/sistemaagro/index.html>



Antananarivo, Madagascar

A Commune Urbaine d'Antananarivo (CUA), órgão governamental da cidade, começou a definir sua visão estratégica — identificando prioridades e contribuindo para um plano de ação para políticas alimentares em 2017. Foi criada uma equipe dentro do gabinete do Primeiro Vice-Prefeito para facilitar a coordenação dos diferentes departamentos da CUA envolvidos em ações de política alimentar (desenvolvimento social, educação e nutrição, planejamento urbano e finanças).

O agente principal trabalhou junto com os principais interessados (atores públicos e privados, OSCs, ONGs, instituições de pesquisa e acadêmicas) para desenvolver estratégias conjuntas e coordenar o processo de levantamento de dados que identificassem os impactos das políticas alimentares. Tal ação levou à decisão de implementar o Marco de Acompanhamento do MUFPP para organizar os dados do sistema alimentar existente dentro da base de dados da CUA e os dados gerados pelos parceiros da CUA.

O projeto-piloto do MUFPP está ajudando a determinar o nível de prioridade dado à alimentação dentro dos objetivos do município.

Como resultado do projeto, a CUA obteve uma resposta entusiasmada de todas as partes interessadas, dispostas a participar da consolidação de uma abordagem multissetorial por meio da criação do primeiro Comitê de Política Alimentar de Antananarivo.

O levantamento de dados contribuiu significativamente para um processo de tomada de decisão participativo, por meio do compartilhamento de dados e da avaliação das prioridades a serem incluídas em futuros planos de ação liderados por atores externos e pelas iniciativas da CUA.

As partes interessadas compreenderam que o município está disposto a apoiá-las e facilitar o desenvolvimento de um plano de ação comum, orientado para aprimorar a cadeia de alimentos da cidade. Os dados reunidos serão moldados em um único documento, relacionado às seis áreas de trabalho do MUFPP — e para cada área de trabalho será determinado um conjunto de indicadores adaptados ao contexto local para monitoramento futuro. Além disso, será proposto um conjunto de Diretrizes e Ações Recomendadas para acompanhar a visão do Comitê de Políticas Alimentares.

“Todo esse processo foi possível graças ao suporte técnico da FAO-RUAF, que nos forneceu ferramentas concretas para medir as ações e resultados existentes, um exercício que se mostrou econômico e sustentável para o futuro da implementação da política”, afirma Tokiana Rakotonirainy, Diretora de Políticas Alimentares, Gabinete do Prefeito, Comuna Urbana de Antananarivo.

A própria cidade de Milão começou a trabalhar no Marco de Acompanhamento para incluir novas métricas no sistema de acompanhamento e avaliação da cidade. A metrópole mais populosa da Itália está atualmente realizando uma avaliação piloto de parâmetros em colaboração com as partes interessadas dos setores público e privado sobre resíduos de alimentos e contratos públicos alinhados aos indicadores propostos pelo MUFPP.

De acordo com as prioridades da Política Alimentar de Milão, votada em 2015 pelo Conselho Municipal^{viii}, a Prefeitura de Milão tem metas claras para o sistema alimentar da cidade^{ix}, que são:

- Garantir uma alimentação saudável para todos;
- Promover a sustentabilidade do sistema alimentar;
- Oferecer cultura alimentar e educação nutricional;
- Combater o desperdício;
- Apoiar e promover a pesquisa científica no setor agroalimentar.

O Marco de Acompanhamento do MUFPP está, portanto, se tornando a ferramenta preferida para acompanhar as ações e avanços da Política Alimentar, assim como o instrumento para contribuir para o alcance dos ODS na cidade.

Em 2019, Milão estava no processo de avaliação dos Indicadores antes da implementação, e o trabalho consiste em selecionar os que são relevantes para contextos específicos, mapear a disponibilidade de dados e desenvolver um sistema de gestão para atualizar as informações. Embora ter uma Política Alimentar sistêmica tenha sido uma vantagem indiscutível (e tenha orientado o processo minuciosamente), a Prefeitura está tentando minimizar o número de Indicadores a fim de implementar os mais significativos.

viii <http://www.foodpolicymilano.org/wp-content/uploads/2019/03/DGC-25-2015.pdf>

ix <http://www.foodpolicymilano.org/>

Matriz de indicadores

LINHA DE TRABALHO DO MUFFP	ÁREA DE RESULTADOS	AÇÕES RECOMENDADAS ^x
Garantir um ambiente favorável para ações efetivas (Governança)	As estruturas participativas de governança alimentar existem e são inter-regionais, intersetoriais e multissetoriais.	1. Facilitar a colaboração entre agências e departamentos da cidade e promover o alinhamento de políticas e programas que tenham impacto nos sistemas alimentares em múltiplos setores e níveis administrativos.
	As estruturas participativas de governança alimentar aumentam a transparência, responsabilização, colaboração e co-investimento entre múltiplas partes interessadas.	2. Aumentar a participação das partes interessadas na esfera municipal por meio do diálogo político, bem como da educação e conscientização,
	Políticas, legislação e estratégias do sistema alimentar urbano existem e são integradas a outras políticas, processos de planejamento e programas.	4. Desenvolver ou rever políticas e planos urbanos de alimentação e assegurar a alocação apropriada de recursos à administração do Município.
	Mecanismos de compartilhamento de conhecimento são elaborados e utilizados para o desenvolvimento de políticas alimentares e prestação de contas por meio por meio da melhora na disponibilidade, qualidade, quantidade, cobertura, gestão e troca de dados relacionados a sistemas alimentares urbanos (incluindo levantamento formal de dados e dados gerados pela sociedade civil e outros parceiros).	3. Identificar, mapear e avaliar as iniciativas locais e os movimentos da sociedade civil relacionados à alimentação visando transformar as boas práticas em programas e políticas relevantes.
		5. Desenvolver ou melhorar os sistemas multissetoriais de informação para elaboração de políticas e os processos de prestação de contas.
	O sistema alimentar está sendo incluído nas avaliações de desastres e resiliência das cidades e nos planos de resposta.	6. Desenvolver uma estratégia de redução de riscos de desastres de modo a aumentar a resiliência dos sistemas alimentares urbanos.

^x A numeração das ações recomendadas respeita o texto da Declaração do MUFFP.

INDICADOR ^{xi}

1. Presença de um órgão de governo municipal interdepartamental ativo para consultoria e tomada de decisões sobre políticas e programas de alimentação (por exemplo, grupo de trabalho interdepartamental de alimentação, escritório de políticas de alimentação, equipe de alimentação).

Possibilita a (auto)avaliação da presença, representação e integração multissetorial, funcionamento e eficácia de um órgão ou mecanismo de coordenação interdepartamental/setorial de alimentação. Além disso, ajuda a identificar áreas para melhoria.

2. Presença de uma estrutura ativa de planejamento e política multissetorial de alimentação (por exemplo, conselhos de políticas de alimentação, parcerias alimentares, coalizões alimentares...).

Possibilita a (auto)avaliação da presença, representação, funcionamento e eficácia de um órgão ou mecanismo multissetorial para o planejamento e para a política de alimentação urbana. Além disso, ajuda a identificar áreas para melhoria.

3. Presença de uma política ou estratégia municipal de alimentação urbana e/ou planos de ação.

Possibilita a (auto)avaliação da presença e do nível de implementação de uma estratégia/política e/ou plano de ação de alimentação urbana municipal. Se desejado, a avaliação crítica da própria estratégia/política e/ou plano de ação pode ser implementada. Ambos os exercícios ajudam a definir áreas para melhoria.

4. Presença de um inventário de iniciativas e práticas alimentares locais para orientar o desenvolvimento e expansão da política e de programas municipais urbanos de alimentação.

Possibilita a (auto)avaliação da presença e do uso de um inventário de iniciativas e práticas alimentares locais para orientar o desenvolvimento e expansão de políticas e programas municipais urbanos de alimentação. Pode estimular o novo desenvolvimento ou “atualização” de tal inventário e definir recomendações para melhor uso.

5. Presença de um mecanismo de monitoramento/avaliação para reunião e análise de dados do sistema alimentar urbano para orientar a formulação de políticas municipais sobre alimentação urbana.

Possibilita a (auto)avaliação da presença e utilização de um mecanismo de monitoramento/avaliação para reunião e análise de dados do sistema alimentar urbano. O monitoramento/avaliação real permitirá refletir sobre as experiências adquiridas com as políticas de alimentação urbana, os impactos alcançados, e orientará e aprimorará a elaboração de políticas de alimentação e relatórios municipais

6. Existência de um plano de emergência para abastecimento de alimentos/plano de gestão de resiliência alimentar para o município (em resposta a desastres; vulnerabilidades na produção, transporte, acesso a alimentos; choques socioeconômicos etc.) baseado na avaliação de vulnerabilidade.

Possibilita a (auto)avaliação da presença e do nível de implementação de um plano de emergência para abastecimento de alimentos/plano de gestão de resiliência alimentar. Se desejado, uma avaliação crítica do plano atual pode ser implementada. Ambos os exercícios ajudam a definir áreas de melhoria.

^{xi}. Com base nos comentários dos governos locais, nas revisões da FAO e da RUAF em 2019 e 2021 e no desenvolvimento das diretrizes metodológicas.

LINHA DE TRABALHO DO MUFFP	ÁREA DE RESULTADO	AÇÕES RECOMENDADAS
Dietas e nutrição sustentáveis	Os moradores das cidades têm acesso a alimentos suficientes, nutritivos, seguros, adequados, diversificados e de preços acessíveis que contribuem para dietas saudáveis e atendem às necessidades alimentares.	7. Promover dietas sustentáveis e saudáveis.
	Diminuir a prevalência de doenças não transmissíveis e melhorar os resultados de saúde relacionados à dieta em comunidades específicas.	8. Lidar com doenças não transmissíveis associadas a dietas pobres e obesidade.
	Políticas de alimentação, saúde e educação abordam e melhoram dietas e nutrição sustentáveis e coordenam ações entre os setores de saúde, meio ambiente e alimentação.	9. Desenvolver guias de alimentação sustentável.
		11. Explorar os instrumentos regulatórios e voluntários com vista a promover dietas sustentáveis. 12. Incentivar ações conjuntas dos setores de saúde e alimentação.
		10a. Adaptar normas e regulamentos para tornar dietas sustentáveis acessíveis em instalações dos setores público e privado.
	Todos os moradores têm acesso a água potável e saneamento básico.	10b. Adaptar normas e regulamentos para tornar a água potável acessível em instalações dos setores público e privado. 13. Investir e comprometer-se a alcançar o acesso universal à água potável segura e ao saneamento adequado.

INDICADOR

7. Diversidade nutricional mínima para mulheres em idade reprodutiva.

Avalia a qualidade nutricional em nível individual, especificamente em mulheres em idade reprodutiva. É um indicador da probabilidade de adequação dos micronutrientes na dieta das mulheres.

8. Número de lares que vivem em “desertos alimentares”.

Mede a distribuição geoespacial dos estabelecimentos de venda de alimentos e de grupos populacionais socioeconômicos para analisar o número (ou percentual) de lares que vivem a uma certa distância de mercados de alimentos.

9. Custos de uma cesta básica de alimentos nutritiva na esfera municipal/comunitária.

Mede o custo médio de uma dieta que atenda aos requisitos mínimos de macro e micronutrientes ou diretrizes de dieta alimentar, por exemplo, um índice de preço de alimentos por peso.

10. Consumo médio diário individual de carne.

Nota: este não é um indicador normativo sobre a ingestão diária recomendada de carne; ele mede o consumo de carne a fim de abordar dietas sustentáveis e saudáveis de um ponto de vista ambiental.

11. Número de adultos com diabetes Tipo 2.

Mede o número (percentual) de adultos com diabetes Tipo 2.

12. Prevalência de déficit de altura para a idade em crianças com menos de cinco anos de idade.

Mede a prevalência de déficit de altura para a idade entre crianças com menos de cinco anos de idade.

13. Prevalência de excesso de peso ou obesidade em adultos, jovens e crianças.

Mede a prevalência de excesso de peso ou obesidade entre adultos, jovens e crianças (envolve medidas de peso corporal e altura para grupos de diferentes idades e sexos para determinar o percentual de populações com excesso de peso ou obesidade).

14. Número de atividades lideradas ou apoiadas pela cidade para a promoção de dietas sustentáveis.

Mede o número de atividades lideradas ou apoiadas pela cidade para a promoção de dietas sustentáveis (os dados podem ser desagregados por tipo de atividade e público-alvo).

15. Existência de políticas/programas que abordem o consumo de açúcar, sal e gordura em relação a grupos-alvo específicos (por exemplo, público em geral, nos hospitais e escolas).

Mede a existência de leis/regulamentos/políticas/programas que abordem o consumo de açúcar, sal e gordura em relação a grupos-alvo específicos (público em geral, nos hospitais e escolas).

16. Presença de programas/políticas que promovam a disponibilidade de alimentos nutritivos e diversificados em estabelecimentos públicos.

Monitora a presença de programas/políticas que promovam a disponibilidade de alimentos nutritivos e diversificados em estabelecimentos públicos.

17. Percentual da população com acesso à água potável e saneamento adequado.

Mede o percentual da população com acesso à água potável e saneamento adequado. Ao desagregar os dados espacialmente e por diferentes camadas socioeconômicas, é possível identificar quais segmentos da população estão sendo deixados para trás.

LINHA DE TRABALHO DO MUFFP	ÁREA DE RESULTADO	AÇÕES RECOMENDADAS
Dietas e nutrição sustentáveis	Aumento do nível de segurança alimentar em grupos vulneráveis específicos.	14. Usar de transferências de renda, alimentos e outras formas de sistemas de proteção social para promover o acesso à comida saudável por populações vulneráveis. 15. Reorientar os programas de alimentação escolar e outros serviços institucionais de alimentação para fornecer alimentos saudáveis, de origem local e regional.
	Empregos justos e decentes (formais e informais) e oportunidades de renda para pequenos produtores, trabalhadores (incluindo jovens e mulheres) e empresas em todo o sistema alimentar.	16. Promover emprego decente para todos, dentro do setor de alimentação e agricultura, com a plena inclusão de mulheres. 7. Incentivar e apoiar atividades de economia social e solidária, que apoiem fontes de renda sustentáveis na cadeia de alimentos e facilitem o acesso a alimentos seguros e saudáveis.
	As políticas de alimentação abordam e melhoram a inclusão social.	18. Promover redes e apoiar atividades das comunidades de base que fomentem inclusão social e forneçam alimentação a indivíduos marginalizados.
	As comunidades locais estão equipadas com conhecimentos, habilidades e expertise para desenvolver as atividades do sistema alimentar local.	19. Promover educação participativa, capacitação e pesquisa para fortalecer a ação do sistema alimentar local.

INDICADOR

18. Percentual de lares em situação de insegurança alimentar com base na Escala de Experiência de Insegurança Alimentar (FIES).

Mede a gravidade da experiência de insegurança alimentar com base na FIES (indicador de acesso a alimentos, não de qualidade da dieta).

19. Percentual de pessoas beneficiadas por programas de alimentação e/ou de assistência social.

Mede a adoção (ou utilização) de ajuda para assistência alimentar e/ou social por meio de programas destinados a grupos vulneráveis com dificuldades para se alimentarem. Com o tempo, este indicador deve mostrar como a adoção de tais ações está aumentando ou diminuindo.

20. Percentual de crianças e jovens (menores de 18 anos) que se beneficiam de programas de alimentação escolar.

Mede a proporção de crianças e jovens (todos com menos de 18 anos de idade) que frequentam a escola e se beneficiam de um programa de alimentação escolar.

21. Número de empregos formais relacionados ao sistema alimentar urbano que pagam pelo menos o salário mínimo nacional ou rendimento suficiente para subsistência.

Mede o número total de empregos formais remunerados que o sistema alimentar urbano oferece na média (e acima) do salário mínimo aceito nacionalmente ou um rendimento suficiente para a subsistência.

Nota: se NÃO for possível quantificar empregos que paguem pelo menos o salário mínimo nacional ou rendimento suficiente para a subsistência, o foco deve ser quantificar o número total de empregos remunerados formais no sistema alimentar.

22. Número de bens alimentares comunitários na cidade.

Mede o número de bens alimentares comunitários na cidade, tais como cozinhas comunitárias, hortas comunitárias, lojas comunitárias, cafés, centros de alimentação...

23. Presença de políticas e metas relacionadas à alimentação com foco específico em grupos socialmente vulneráveis.

Possibilita a (auto)avaliação da presença e do nível de implementação de políticas e metas municipais de alimentação, que visam grupos vulneráveis direta ou indiretamente, apoiando e capacitando as atividades de base das redes comunitárias para um aumento da inclusão social e fornecimento de alimentos a indivíduos marginalizados.

24. Número de (tipos de) oportunidades de aprendizado relacionadas à alimentação e desenvolvimento de habilidades em educação alimentar e nutricional, capacitação profissional e liderança.

Número de oportunidades (cursos, aulas, etc.) para aprendizado relacionadas ao sistema alimentar e desenvolvimento de habilidades em três categorias diferentes: educação alimentar e nutricional; capacitação profissional e liderança. Esse indicador apoiará a compilação de dados de base nos quais será fundamentada a análise de lacunas, necessidades, oportunidades e desenvolvimento de novas ações.

LINHA DE TRABALHO DO MUFPP	ÁREA DE RESULTADO	AÇÕES RECOMENDADAS
Produção de Alimentos	A capacidade de produção e processamento de alimentos urbanos e periurbanos é otimizada e diminui a dependência de fontes distantes de abastecimento de alimentos	20. Promover e reforçar a produção e o processamento urbano e periurbano de alimentos.
	Os planejadores urbanos protegem a base de recursos agrícolas locais e seu uso nos planos de uso do solo e de desenvolvimento da cidade.	23. Proteger e permitir o acesso e a posse segura da terra para a produção sustentável de alimentos em áreas urbanas e periurbanas. 22. Aplicar uma abordagem ecossistêmica para orientar o planejamento e a gestão holística e integrada do uso do solo.
	Os produtores têm conhecimentos, habilidades e expertise necessários.	24. Ajudar na prestação de serviços aos produtores de alimentos nas cidades e territórios adjacentes.
	Fornecimento agrícola eficiente e diversificado e cadeias de valor conectam a cidade com os produtores de alimentos na área periurbana e rural do entorno, proporcionando acesso a uma ampla gama de oportunidades de mercado.	21. Buscar coerência entre cidade e produção, processamento e distribuição de alimentos rurais dos territórios adjacentes. 25. Apoiar cadeias curtas de alimentos, organizações de produtores, redes e plataformas produtor-consumidor.
	Fortalecer a conexão entre áreas urbanas e rurais por meio da reciclagem e reutilização de resíduos orgânicos, água e energia.	26. Melhorar a gestão da água (residual) e sua reutilização na agricultura e produção de alimentos.

INDICADOR

25. Número de habitantes da cidade dentro das fronteiras municipais com acesso a uma horta urbana (agrícola).

Mede a acessibilidade dos moradores da cidade (e grupos-alvo específicos) às hortas/terras agrícolas urbanas.

Com o objetivo de contabilizar as diferenças geográficas, econômicas e sociais entre as cidades no acesso a hortas, o indicador só refletirá o impacto com precisão se os dados forem filtrados por localização geoespacial, densidade populacional, níveis de renda etc.

26. Presença de políticas e regulamentos municipais que permitam e promovam a produção e o processamento agrícola dentro das fronteiras municipais.

Avalia a presença de políticas e regulamentos municipais de apoio que permitam e promovam a produção e o processamento da agricultura urbana. Isto ajudará a definir lacunas ou áreas para melhoria por meio da revisão/formulação de novas políticas e regulamentos.

27. Superfície de (potenciais) espaços agrícolas dentro das fronteiras municipais.

Monitora a área de superfície de propriedades dentro das fronteiras municipais utilizada para agricultura, zoneada/destinada para agricultura (embora possivelmente não utilizada no momento), bem como espaços livres e ocupados que poderiam ser potencialmente utilizados para a agricultura.

28. Proporção da população agrícola total — dentro das fronteiras municipais — com direitos de propriedade sobre terras agrícolas para produção de alimentos, por gênero.

Monitora a propriedade e os direitos sobre a terra agrícola, promovendo especificamente a desagregação dos dados por gênero.

29. Proporção de terras agrícolas na área municipal utilizadas para agricultura sustentável.

Mede a área agrícola total do município (também chamada de área agricultura urbana e periurbana) utilizada para agricultura sustentável (com base na área total de terras agrícolas na área municipal).

30. Número de produtores de alimentos que se beneficiaram de treinamento e assistência técnica nos últimos 12 meses.

Rastreia o número de produtores de alimentos (horticultores, pequenos produtores e agricultores) na cidade e nas proximidades, que receberam treinamento e assistência técnica durante um determinado período (por exemplo, nos últimos 12 meses).

31. Número de infraestruturas municipais de processamento e distribuição de alimentos disponíveis para os produtores de alimentos na área municipal.

Monitora o número (e tipo) de infraestrutura municipal para o armazenamento, processamento e distribuição de alimentos na região municipal, incluindo galpões de armazenamento, plantas de processamento, instalações de transporte e mercados (atacadistas e varejistas).

32. Proporção de produtores locais/regionais de alimentos que vendem seus produtos aos mercados públicos da cidade.

Monitora a proporção de produtores locais/regionais de alimentos que vendem (parte de) seus produtos para um ou mais pontos de venda de mercado público na cidade.

33. Proporção anual de resíduos orgânicos urbanos coletados que são reutilizados na produção agrícola, dentro das fronteiras do município.

Mede o percentual de resíduos orgânicos urbanos coletados e reciclados que são reutilizados na produção agrícola urbana e periurbana.

LINHA DE TRABALHO DO MUFPP	ÁREA DE RESULTADO	AÇÕES RECOMENDADAS
Abastecimento e Distribuição de Alimentos	A avaliação do fluxo de alimentos é feita, aumentando a compreensão acerca dos possíveis impactos resultantes de melhorias direcionadas na cadeia de alimentos.	27. Avaliar os fluxos de alimentos para e pelas cidades.
	A capacidade local de processamento, armazenamento e distribuição de alimentos é melhorada e otimizada.	28. Apoiar a melhoria das tecnologias e infraestruturas de armazenamento, processamento, transporte e distribuição de alimentos ligando as áreas periurbanas às áreas rurais próximas.
	O funcionamento e a infraestrutura do mercado de alimentos são melhorados e otimizados.	31. Fornecer apoio político e programático para os mercados públicos municipais de alimentos. 32. Melhorar e ampliar o apoio à infraestrutura relacionada aos sistemas dos mercados de alimentos.
	Políticas de contratos públicos e de comércio facilitam o fornecimento e distribuição local e sustentável de alimentos.	30. Rever as políticas de contratos públicos e comerciais destinados a facilitar o fornecimento de alimentos de cadeias curtas.
	Os setores de processamento, varejo e abastecimento de alimentos atendem aos regulamentos de saneamento e segurança de alimentos.	29. Avaliar, revisar e/ou fortalecer os sistemas de controle de alimentos.
	Inclusão do setor informal	33. Reconhecimento da contribuição do setor informal para o sistema alimentar urbano.

INDICATOR

34. Existência de políticas/programas que abordem a redução das emissões de GEE em diferentes partes da cadeia de suprimento de alimentos (por exemplo: processamento, armazenamento, transporte, embalagem, varejo, preparação, descarte de resíduos etc.).

Avalia a existência de políticas/programas que abordem a redução de emissões de GEE em diferentes partes da cadeia de suprimento de alimentos (por exemplo, processamento, armazenamento, transporte, embalagem, varejo, preparação, descarte de resíduos etc.).

35. Presença de um plano de desenvolvimento para fortalecer a resiliência e eficácia da logística local da cadeia de suprimento de alimentos.

Possibilita a (auto)avaliação da presença, funcionamento e eficácia de um plano de desenvolvimento para fortalecer a resiliência e eficácia da logística local da cadeia de suprimento de alimentos. Também ajuda a definir áreas para melhoria.

36. Quantidade de pontos de venda de frutas e legumes frescos para cada 1.000 habitantes (mercados e lojas) apoiados pelo município.

Mede a quantidade de mercados de alimentos ou pontos de venda de frutas e verduras frescas para cada 1.000 habitantes que são apoiados diretamente pelo município de alguma forma.

37. Investimento municipal anual em mercados de alimentos ou lojas varejistas que forneçam alimentos frescos aos moradores da cidade, como proporção do orçamento (para investimento) total.

Mede o investimento municipal anual em mercados de alimentos ou lojas varejistas que forneçam alimentos frescos aos residentes da cidade, como uma proporção do orçamento total para investimento (ou qualquer orçamento que seja apropriado para a cidade).

38. Proporção das despesas de instituições públicas na aquisição de alimentos de fontes saudáveis, éticas e de cadeias produtivas mais curtas (locais/regionais).

Mede a proporção dos gastos por instituições públicas com a compra de alimentos de fontes sustentáveis e éticas e em cadeias de abastecimento mais curtas (locais/regionais). O Indicador também mede a presença de um conjunto de critérios para impulsionar um aumento na proporção de gastos por parte de instituições públicas com a compra de alimentos de fontes sustentáveis, éticas e de cadeias de suprimentos mais curtas (locais/regionais).

39. Presença de legislação de segurança alimentar e procedimentos de implementação e fiscalização.

Possibilita a (auto)avaliação da presença, implementação e fiscalização do cumprimento de procedimentos para a legislação de segurança alimentar.

40. Existência de serviços de apoio ao setor informal de alimentos, fornecendo planejamento de negócios, finanças e assessoria de desenvolvimento.

Avalia a existência de serviços de apoio para o setor informal de alimentos, fornecendo planejamento de negócios, finanças e assessoria de desenvolvimento. O foco aqui é principalmente em relação aos regulamentos de saneamento e segurança alimentar, mas é importante olhar para as necessidades de apoio e fornecimento mais amplas — por exemplo, infraestrutura, capacidades etc.

LINHA DE TRABALHO DO MUFFP	ÁREA DE RESULTADO	AÇÕES RECOMENDADAS
Desperdício de alimentos	As perdas e os desperdícios de alimentos são reduzidos (ou reutilizados) em todo o sistema alimentar.	34. Convocar atores do sistema alimentar para avaliar e monitorar a perda de alimentos e a redução do desperdício em todas as etapas da cadeia de abastecimento de alimentos da região. 35. Conscientizar o público em relação às perdas e desperdícios de alimentos por meio de campanhas e eventos direcionados.
	Políticas e regulamentações sobre a perda e o desperdício de alimentos são desenvolvidas e apoiadas por diversas partes interessadas.	36. Colaborar com o setor privado e com organizações de pesquisa, educacionais e comunitárias para desenvolver e revisar políticas e regulamentações municipais de modo a prevenir o desperdício ou recuperar alimentos de forma segura.
	Aumento do volume de alimentos seguros recuperados e distribuídos para consumo humano.	37. Economizar alimentos facilitando a recuperação e redistribuição para o consumo humano.

Referências

1. UN. 2018. *World Urbanization Prospect: the 2018 revision* [online]. [Cited 25/09/2019]. <https://population.un.org/wup/Publications/Files/WUP2018-KeyFacts.pdf>
2. FAO. 2017. *The State of Food and Agriculture. Leveraging Food Systems for Inclusive Rural Transformation* [online]. Rome. [Cited 25/09/2019]. <http://www.fao.org/3/a-i7658e.pdf>
3. Tefft, J.F., Jonasova, M., Adjao, R.T.O.A., & Morgan, A. M. 2017. *Food Systems for an Urbanizing World* [online]. Rome, World Bank Group and FAO. [Cited 25/09/2019]. <http://documents.worldbank.org/curated/en/454961511210702794/Food-systems-for-an-urbanizing-world-knowledge-product>
4. UN Habitat. 2010. *The State of the World Cities 2010/2011. Bridging the Urban Divide. State of the World's Cities Reports*. Nairobi, Kenya. 244 pp. (also available at: https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/11143016_alt.pdf).
5. IFPRI. 2017. *2017 Global Food Policy Report* [online]. Washington DC. [Cited 25/09/2019]. <http://ebrary.ifpri.org/utils/getfile/collection/p15738coll2/id/131085/file/131296.pdf>
6. WHO. 2018. *Overweight and Obesity: Key Facts* [online]. [Cited 25/09/2019]. <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/obesity-and-overweight>

INDICADOR

41. Volume anual total de perdas e desperdícios de alimentos.

Mede (redução do) volume anual total de perdas e desperdícios de alimentos.

42. Número anual de eventos e campanhas destinadas à diminuição da perda e do desperdício de alimentos.

Reúne informações sobre os tipos de atividades (eventos, campanhas, estudos de pesquisa), setores-alvo (residências, empresas, serviços de alimentação, manufatura, produção etc.) e — se aplicável — o impacto real na redução do desperdício de alimentos.

43. Presença de políticas ou regulamentos que abordem a prevenção, recuperação e redistribuição de resíduos de alimentos.

Mede a presença de políticas ou regulamentos que abordem a prevenção, redução, recuperação e redistribuição de alimentos seguros e nutritivos para o consumo humano direto.

44. Volume anual total de excedentes de alimentos recuperados e redistribuídos para consumo humano direto.

Mede a totalidade dos alimentos disponíveis recuperados e redistribuídos para consumo humano direto ao longo de toda a cadeia alimentar urbana, desde o momento em que a disponibilidade é registrada (em áreas urbanas e periurbanas) até chegar ao consumidor urbano final e ser utilizada por ele como alimento.

7. HLPE. 2017. *Nutrition and food systems. A report by the High-Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security* [online]. Rome. [Cited 25/09/2019]. <http://www.fao.org/3/a-i7846e.pdf>
8. GBD 2017 Diet Collaborators. 2019. *Health effects of dietary risks in 195 countries, 1990–2017: a systematic analysis for the Global Burden of Disease Study 2017*. Lancet 2019; 393: 1958–72 [online]. [Cited 25/09/2019]. [https://www.thelancet.com/article/S0140-6736\(19\)30041-8/fulltext](https://www.thelancet.com/article/S0140-6736(19)30041-8/fulltext)
9. WHO. 2017. *Assessing the economic costs of unhealthy diets and low physical activity. An evidence review and proposed framework* [online]. [Cited 25/09/2019]. http://www.euro.who.int/_data/assets/pdf_file/0004/342166/Unhealthy-Diets-ePDF-v1.pdf?ua=1
10. C40 Cities, Arup, University of Leeds. 2019. *The Future of Urban Food Consumption in a 1.5 World* [online]. [Cited 25/09/2019]. <https://www.c40.org/consumption>
11. WB. 2015. *Investing in Urban Resilience. Protecting and Promoting Development in a Changing World* [online]. Washington DC. [Cited 25/09/2019]. <https://www.gfdrr.org/sites/default/files/publication/Investing%20in%20Urban%20Resilience%20Final.pdf>
12. AfDB, OECD, UNDP. 2016. *African Economic Outlook 2016. Special Theme: Sustainable Cities and Structural Transformation* [online]. [Cited 25/09/2019]. https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/AEO_2016_Report_Full_English.pdf
13. FAO. 2018. *Sustainable Food Systems – Concept and framework* [online]. Rome. [Cited 25/09/2019]. <http://www.fao.org/3/ca2079en/CA2079EN.pdf>

Plant Production and Protection Division – Natural Resources and Sustainable
Production & Partnerships and UN Collaboration Division – Partnerships and Outreach

Urban-Food-Actions@fao.org

<http://www.fao.org/urban-food-agenda/en/>

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

Viale delle Terme di Caracalla, 00153

Roma, Itália

Tradução: Alda Lima

Revisão: Aline Bernardes de Oliveira, Gabrielle Guimarães, Larissa Lopes e Nicole Caus



Some rights reserved. This work is available
under a CC BY-NC-SA 3.0 IGO licence